

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.435 - SP (2019/0261282-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : VIVIANE MARIA BONINI CAROLO**  
**AGRAVANTE : SAO JUDAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADO : MURILO CINTRA RIVALTA DE BARROS - SP208267**  
**AGRAVADO : ADEVAIR DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : CARLOS ROBERTO DUCHINI JUNIOR - SP144695**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por VIVIANE MARIA BONINI CAROLO E SÃO JUDAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 325):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

Acolhimento na origem. Presença dos requisitos exigidos pelo art. 50 do CC. Encerramento irregular da empresa, sem o devido procedimento de liquidação para realização do ativo e pagamento do passivo.

Esgotadas todas as diligências para localização de bens para garantir execução. Existência de fortes indícios de esvaziamento de patrimônio para impedir a satisfação do crédito através de criação de sucessivas pessoas jurídicas. Possibilidade de deflagrar a extensão da responsabilidade para os sócios. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 442-447).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 335-366), a parte recorrente sustentou violação aos seguintes dispositivos:

a) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que a Corte de origem não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, mesmo diante da oposição dos embargos declaratórios, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional;

b) arts. 50 do Código Civil e 134 e 596 do Código de Processo Civil de 2015, alegando que o Tribunal utilizou como fundamento para determinar a desconconsideração da personalidade jurídica a dissolução irregular da empresa, de modo que inexistem provas de que houve desvio de finalidade, abuso de direito ou confusão patrimonial, requisitos necessários ao deferimento da medida.

Apontou, ainda, divergência jurisprudencial no tocante à impossibilidade de se determinar a desconconsideração da personalidade jurídica com base na mera dissolução das atividades, da mudança de endereço da empresa e da insolvência da empresa.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 452-455 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, a apontada violação ao art. 1.022 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter manifestado de forma expressa as razões pelas quais entendeu cabível a desconsideração da personalidade jurídica no presente caso. Assim constou do acórdão (e-STJ, fls. 331-332):

No caso em apreço, além da dissolução irregular, sem a devida liquidação, não foram encontrados bens da empresa para satisfação dos credores, tampouco a agravante indicou bens à penhora para garantia do crédito exequendo, abrindo-se, portanto, a possibilidade de romper-se os limites do patrimônio existente entre a sociedade e os sócios, se presentes elementos que evidenciem as condições previstas no artigo 50 do Código Civil, para desconsideração da personalidade jurídica.

**Verifica-se que várias diligências foram realizadas com o intuito de localizar bens da executada, mas sem sucesso, o que sugere a insolvência da empresa ou a sua conduta com fins de frustrar a execução.**

Conforme assentado pelo D. Magistrado de primeiro grau, “denota-se a empresa não mais estar normalmente operando regularmente (fls. 146), sendo certo, assim que a empresa executada simplesmente baixou suas portas sem proceder aos devidos cumprimento legais, conquanto não procedente à baixa necessária junto ao Registro Comercial e tampouco adimplindo as dívidas contraídas durante o exercício empresarial.” Este fato foi devidamente comprovado pelo Sr. Oficial de Justiça que, se dirigiu ao endereço indicado e constatou que a empresa executada “Gorgulho Mercantil Agropecuária Ltda” não funcionava mais no local indicado há aproximadamente 02 (dois) anos, sendo o auto de lacração lavrado no dia 23.06.2015, conforme se extrai pelo mandado cumprido positivo juntado às fls. 225.

Insta salientar, ainda, que os sócios da empresa executada, Gorgulho Mercantil E Agropecuária Ltda, **também são sócios da empresa A. V. Mercantil Agropecuária, com sede da cidade de Sertãozinho/SP e na mesma localidade da empresa executada, transferindo para esta bens que guarneciam o ativo da empresa executada, tais como a Fazenda Marta Chuva, sendo mais um indício de que houve a criação de nova pessoa jurídica com o propósito de se esquivar do pagamento do débito oriundo do contrato de compra e venda de usina de álcool.**

Portanto, verifica-se a possibilidade de deflagrar a extensão da responsabilidade para os sócios, conforme determinado pela decisão agravada, por ora mantida.

Dessa forma, considerando que a questão federal foi decidida de modo claro e suficiente, sem omissão, rejeita-se a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de

Processo Civil.

2. No tocante à alegada ofensa ao art. 50 do Código Civil e 134 e 596 do CPC/15, a pretensão recursal merece prosperar.

No caso, o Tribunal de origem, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, entendeu ser cabível a desconsideração da personalidade jurídica da ora recorrente, consoante as seguintes razões decisórias do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 331-332):

No caso em apreço, além da dissolução irregular, sem a devida liquidação, não foram encontrados bens da empresa para satisfação dos credores, tampouco a agravante indicou bens à penhora para garantia do crédito exequendo, abrindo-se, portanto, a possibilidade de romper-se os limites do patrimônio existente entre a sociedade e os sócios, se presentes elementos que evidenciem as condições previstas no artigo 50 do Código Civil, para desconsideração da personalidade jurídica.

Verifica-se que várias diligências foram realizadas com o intuito de localizar bens da executada, mas sem sucesso, o que sugere a **insolvência** da empresa ou a sua conduta com fins de frustrar a execução.

Conforme assentado pelo D. Magistrado de primeiro grau, “denota-se a empresa não mais estar normalmente operando regularmente (fls. 146), sendo certo, assim que a empresa executada simplesmente baixou suas portas sem proceder aos devidos cumprimento legais, conquanto não procedente à baixa necessária junto ao Registro Comercial e tampouco adimplindo as dívidas contraídas durante o exercício empresarial.” Este fato foi devidamente comprovado pelo Sr. Oficial de Justiça que, se dirigiu ao endereço indicado e constatou que a empresa executada “Gorgulho Mercantil Agropecuária Ltda” não funcionava mais no local indicado há aproximadamente 02 (dois) anos, sendo o auto de lacração lavrado no dia 23.06.2015, conforme se extrai pelo mandado cumprido positivo juntado às fls. 225.

**Insta salientar, ainda, que os sócios da empresa executada, Gorgulho Mercantil E Agropecuária Ltda, também são sócios da empresa A. V. Mercantil Agropecuária, com sede da cidade de Sertãozinho/SP e na mesma localidade da empresa executada, transferindo para esta bens que guarneciam o ativo da empresa executada, tais como a Fazenda Marta Chuva, sendo mais um indício de que houve a criação de nova pessoa jurídica com o propósito de se esquivar do pagamento do débito oriundo do contrato de compra e venda de usina de álcool.**

Portanto, verifica-se a possibilidade de deflagrar a extensão da responsabilidade para os sócios, conforme determinado pela decisão agravada, por ora mantida.

Desse modo, para alterar as conclusões do acórdão recorrido acerca do exame dos requisitos necessários para a desconsideração da personalidade jurídica, seria imprescindível a rediscussão de matéria fático-probatória dos autos, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 do STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, aplica-se o prazo prescricional decenal previsto no artigo 205 do CC às pretensões de adimplemento contratual, face a ausência de prazo específico descrito na norma. Precedentes.

**2. A conclusão a que chegou o Tribunal local - acerca da legitimidade passiva da empresa agravante e da presença dos requisitos para desconsideração da personalidade jurídica - decorreu da análise dos elementos fáticos-probatórios acostados aos autos, cuja revisão é vedada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1338790/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 10/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SIMULAÇÃO, PRESENÇA DE CONFUSÃO PATRIMONIAL E DE DESVIO DE FINALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS ATESTADAS PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De fato, "a desconsideração da personalidade jurídica é admitida em situações excepcionais, devendo as instâncias ordinárias, fundamentadamente, concluir pela ocorrência do desvio de sua finalidade ou confusão patrimonial desta com a de seus sócios, requisitos sem os quais a medida torna-se incabível" (REsp n. 1.311.857/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 13/5/2014, DJe 2/6/2014).

2. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.

**3. No caso, para refutar as conclusões fáticas alcançadas pela Corte estadual, a respeito da caracterização dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica da empresa e do esgotamento dos bens dos executados, seria necessário o reexame de provas, providência vedada nesta instância especial, em razão do óbice da Súmula n. 7 do STJ.**

4. Agravo improvido.

(AgInt no AREsp 1183050/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018)

**3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator